



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,  
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Palácio das Araucárias - Curitiba, 05 de agosto de 2013  
OF. 027/CONSEJ

*Assunto: Parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil - PNUD*

Excelentíssima Senhora,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência proposta de formalização de Termo de Cooperação Técnica para o intercâmbio de iniciativas inovadoras no campo do planejamento e implementação das ações e monitoramento de resultados, visando contribuir para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), a partir de uma agenda mínima de Direitos Humanos, tornem-se uma realidade para os cidadãos brasileiros.

A proposta pretende implementar um projeto inovador que pode contribuir para os ODMs pós-2015, visando a criação do Cadastro Único de Preso, nos mesmos moldes do Sistema Integrado de Gestão da Execução Penal do Estado do Paraná elaborado em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, como ferramenta de gestão para identificação e controle da superlotação carcerária, de forma a minimizar uma das maiores violações de Direitos Humanos no Brasil.

Sabe-se que uma das maiores violações de Direitos Humanos no País encontra-se na superlotação carcerária (cerca de 245.000 pessoas além da capacidade prisional), cujo tema está diretamente ligado às raízes da motivação do crime e da violência e a necessidade de implementação de políticas públicas para um ambiente de maior pacificação social.

À Excelentíssima Senhora

**Maristela Baioni,**

Representante Residente Assistente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil - PNUD,  
Brasília – Distrito Federal.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,  
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

OF. 027/13

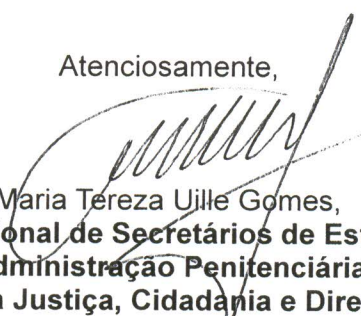
fl. 02

A questão prisional, aliada a outros temas de Direitos Humanos, vem sendo discutida pelo CONSEJ através de várias agendas interinstitucionais, no âmbito do Poder Executivo (Ministério da Justiça e Casa Civil), Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal - STF, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Superior Tribunal de Justiça - STJ), Poder Legislativo (Congresso Nacional), Ministério Público Federal e Defensoria Pública.

Destaca-se que, atendendo a convite do STF, participamos de Audiência Pública naquela Corte, em 29/07/2013, oportunidade em que apresentamos o Sistema Integrado de Gestão da Execução Penal implantado pelo Governo do Estado do Paraná, cabendo à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU a missão de desenvolver o Projeto SIM-ODM, em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, o que despertou o interesse do Ministro do STF, Doutor Gilmar Mendes e do Ministério Público Federal, representado pela Doutora Raquel Elias Ferreira Dodge.

Reuniões se sucederam no âmbito das referidas instituições no dia 30/07/2013, as quais culminaram com a realização de reunião conjunta entre o CONSEJ, MPF e PNUD, resultando na criação do Cadastro Único de Presos.

Atenciosamente,

  
Maria Tereza Uille Gomes,  
**Presidente Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos  
Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ.**  
**Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.**

